

					
					
					
					

COM. PESSOA(S) & REPÚBLICA(S). PT

Fernando Ribeiro*

1. ^a: República – Pessoa: «Na Farmácia do Evaristo»
2. ^a: Pessoas – valores: H. O'Neill, via fábulas de Lessing em versão H. O'Neill
3. ^a: Pessoas – valores: Ana Castro Osório, via Contos Maravilhosos- Irmãos Grimm em versão A. Castro Osório.
4. ^a: Repúblicas – Pessoa e regimens políticos: o caso português.

À tácita fraternia,
Graça ou aleivosia sequer
Ninguém encontraria:
Homem somente e Mulher

1. ^o

Na Farmácia Durão, R. Garrett (Brandão, 1990: 12), acolhia-se Sidónio Pais aquando da preparação do golpe de 5 de Dezembro de 1917, financiado por alguns proprietários e burgueses abastados, apoiado pelo Partido Unionista, elementos populares e cadetes da Escola de Guerra, visando pôr fim à política interna e externa dos Democráticos no governo (Marques, 2001: 569).

O major-professor e ex-embaixador de Portugal em Berlim, após demitir o ministro, dar ordem de prisão a Afonso Costa e de destituição a Bernardino Machado, dissolveu o Congresso, alterou a Constituição e «fez-se eleger presidente da República, por eleições directas em 18 de Abril de 1918» (id., *ibid.*).

* CHC-FCSH/UNL – Portugal

Em «Na Farmácia do Evaristo», Pessoa centra o tema do diálogo entre Mendes (Republicano-Democrático), Gomes Pipa (Monárquico), Canha (Republicano) e Bastos (coronel do Exército) na ponderação do régimen político mais adequado ao Portugal até então – 18 de Abril de 1925¹: República, Nova ou Velha?

O cerne da discussão reside na troca de argumentos entre monárquicos e democráticos. Pessoa reitera a reincidente contradição cantada em «À Memória do Presidente-Rei Sidónio Pais», tomado simbolicamente como encarnação simbólica de El-Rei Dom Sebastião, logo desejado herdeiro divino da realeza (Pessoa, 1979: 233-236). Reflecte por isso sobre a oportunidade da República enquanto interrupção injustificada e não ratificada eleitoralmente pelo país em expressiva percentagem². A fraca adesão – mas efusiva o bastante para o Democrático – só corroboraria, segundo Gomes, a «traição e aleivosia dos militares e dos marinheiros», origem do *simples motim* em país sem ordem nem disciplina dominado pela força e não pelo Direito por si tão venerados³ (Pessoa 1979: 273; 275-278).

Gomes enaltece necessariamente a acalmia sócio-política adveniente de 5 de Dezembro de 1917 constatando superação de dissidência e sobremodo a normalidade constitucional, fruto da aceitação espontânea da nação

1. A 18 de Abril de 1925, ocorreu no Parque Eduardo VII tentativa de golpe de estado dirigida pelo general Sinel de Cordes apoiado pela quase totalidade da guarnição de Lisboa, mas que foi de imediato vencido por falta de comparência de algumas forças militares. Os oficiais insurrectos haveriam de ser julgados e absolvidos em Setembro de 1925: o embrião estava em desenvolvimento, pois cerca de um ano depois – 3 de Junho de 1926 e havendo-se Bernardino Machado já demitido –, Mendes Cabeçadas formará governo na origem da ditadura militar a vigorar a partir de então, aniquilando a República Democrática em agonia e a braços com crise económica, sociopolítica também, já que, entre 1920 e 1925, catorze bancos abririam falência (<http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/lib1919.html>; Marques, 2001: 601).

2. As eleições parlamentares gerais (1911, 1915, 1918, 1919, 1921, 1922, 1925), a par das presidenciais (1911, 1915 – 2 vezes, 1918 – 2 vezes –, 1919, 1923, 1925), ainda que realizadas com mais ou menos violência e para universos eleitorais restritos (1911) ou alargados (1918), denunciam pela fraca participação (1911: 60%; 1913 e 1915: 65%, 1918: 35%) fraca cultura cívica (Marques, s/d: 142-144).

3. Após a aprovação da Constituição em 1911, o Partido Republicano liderou a situação política; não conseguiu evitar greves como a geral de 21 de Janeiro de 1912, mas, declarando o estado de sítio acabou por repor a ordem no seio laboral e nacional. O governo de A. Costa conseguiu invulgar *superavit* e redução do número de greves (1912: 35; 1913: 19; 1914: 10) (Serra 2009: 111). Procurou a concórdia apesar de quer antes quer depois da entrada de Portugal na I Grande de Guerra a contestação por monárquicos, católicos, sindicalistas não ter cessado (Serra 2009: 112-3) .

representada (monarquicamente também) plural e condignamente em actos eleitorais sob Sidónio Pais⁴ (Pessoa 1979: 280; 282).

Regímen monárquico ou presidencial não assustaria Gomes desde que Congresso não exprimisse «imposição hipócrita de vontade de meia dúzia de indivíduos a uma nação inteira», porque decisivos seriam educação e instrução do povo (moral e civicamente) e fortalecimento do orgulho nacional (Pessoa, 1979: 284-7). Clara fica a necessária interacção entre nação e era-de-civilização com vista à escolha do melhor regímen político para «estimular e desenvolver a educação», a consciência nacional em contexto internacional⁵ e em continuidade (id.: 287), uma vez que a República fragilizara-se ao assimilar da Monarquia somente o regímen liberal e as incompetência, imoralidade e oligarquia⁶, sob forma parti-

4. A discórdia imperava. . A política externa defendida pelos republicanos dificilmente acolheu apoio na hierarquia militar conservadora e monárquica apesar de A. Costa ter logo em 1912 avisado para a necessidade de Portugal aproveitar a guerra mundial à vista para consolidar o seu prestígio internacional (Serrão 1965: 370; Serrão 1963: 721-722). Não eram claros os apoios a: envio de expedições militares para Angola e Moçambique a 12 de Agosto de 1914; confirmação do apoio à Grã-Bretanha e Aliados com vista a garantir presença na Conferência de Paz (Serrão, 1965: 371); autorização para o envio a 25 de Novembro de 1914 de Contingente de Artilharia para o conflito (Serra, 2009: 114-116); insurreições militares como a ocorrida em Mafra a 20 de Outubro de 1914 contra o «partido da guerra» (Serra, 2009: 114-116); nomeação de Pimenta de Castro como Primeiro Ministro, pró-germânico e monárquico (Brandão, 1990: 43), causador de instabilidades políticas ao proibir o acesso dos deputados ao parlamento e da estrondosa vitória dos Democráticos em 13 de Julho de 1915; o envio do CEP. A carestia de vida e a instabilidade social, a que os governos da União Sagrada pretenderam fazer face (Brandão, 1990: 46) não evitaram o clima de pilhagens, assaltos, greves lideradas pela UON. A ordem e disciplina trazidas por Sidónio Pais e Unionistas patente nas palavras deste e proferidas a 8 de Dezembro de 1917 no Parque Eduardo VII recolheram aplausos até da UON: «A revolução teve em vista restaurar a justiça e o império da lei e sendo feita contra a desordem do poder, ela deseja a tranquilidade e o trabalho» (id. 1990: 11).

5. Os Republicanos liderados por A. Costa sempre pugnaram pela autonomia de Portugal face «aos propósitos tutelares da Inglaterra» (Serrão, 1963: 721); contudo exploraram precisamente as condições proporcionadas pelo conflito para consolidar a unidade metropolitana e ultramarina (Serrão, 1965: 371) bem como a independência nacional perante as potências internacionais. Albino F. Sampaio deixaria em *Avalanche* (1918), colectânea de artigos, denotando o sentir nacional perante as ambições alemãs em contexto europeu: «A guerra é de há muito. De quando após 1870 a Alemanha sonhou reinar nos ares, triunfar na terra, dominar nos mares (...). Mas há pouco a Inglaterra (...) disse: O mar é meu, apenas meu!» (Sampaio, 1935: 64)

6. Os governos republicanos continuavam alguma inépcia cultivada pela monarquia ao não interferir (quer no Douro quer no Alentejo) na subexploração da propriedade fundiária, pactuando com o absentismo da aristocracia latifundiária e dos médios e grandes proprietários agrícolas oriundos da burguesia urbana, por também destes ser proveniente apoio político (Marques, s.d., : 23-25). A República não conseguiu evitar a fuga de capitais e seus proprietários nem o contrabando de gado, sal e trigo para Espanha (com graves proporções no pós-guerra), momento em que as reservas de ouro escasseavam (id.: 49).

dária, esquecendo o fortalecimento do carácter nacional – só duradouro enquanto suprapartidário – e respectiva legitimidade – só em vigor quando patente em modo de governar em ordem e perenidade (id. : 287; 293).

Em «O Sentido do Sidonismo», Pessoa reporta-se ao «período da vida política portuguesa»: «da influência actuante de Sidónio Pais»; denuncia o estado decadente em vigor sob regímen monárquico para enaltecer o mérito do Partido Republicano sublevador das simpatias nacionais, com vista à implantação de reforma «política, intelectual e económica do país»⁷ (Pessoa, 1979: 239; 244). Sublinha igualmente as falhas fatais dos republicanos por abolirem a monarquia, perseguirem o catolicismo, afugentarem o capital, pactuarem com o caciquismo, desrespeitarem a religiosidade popular⁸, hesitarem quanto à política comercial e industrial nacional. Pugna afinal pela necessidade de uma *República Nova*, porque a «República faliu», i. e. , a Velha não havia sabido prever quão nociva a fé na teoria do milagre poderia comprometer a ausência de «visão política» para evitar o ponto morto: o ódio à monarquia por sua vez gerador de ódio à República (id. 246). Resistir às *indisciplina e desorganização* revolucionariamente naturais só seria possível com governo «por meio de classes até ali não experimentadas como governantes», com novas elites oriundas do Exército, do Comércio, da Indústria e de «(neste caso as classes cultas que se têm absterido como classe, de intervir no governo)»⁹ (id. : 243; 246-247).

7. Economicamente liberal, politicamente conservadora, a República dificilmente atingiu um continuado progresso económico; a organização da propriedade fundiária, do comércio e da indústria continuava a de país produtor de vinho, cortiça, fruta, produtos hortícolas por grosso (Marques, s/d: 18; 23-24), endividando-se com a importação de cereais para manter a paz social, já que fraco era o seu empenhamento industrial – 111 000 cavalos-vapor contra os 720 000, por exemplo, da Bélgica em inícios do século XX (Marques, s/d: 28); ainda que as indústrias conserveiras, têxtil, de moagens e corticeira tivessem bom desempenho, tal não bastava para que o Portugal republicano deixasse de ser colónia europeia; também as maiores companhias comerciais, financeiras de transportes, estavam em mãos inglesas, francesas, belgas, alemãs (id. : 28-9).

8. Jacinto Nunes (1839-1931), republicano de primeira, em artigos coligidos em opúsculo intitulado *Reivindicações Democráticas* faz prova do ideário republicano superior ao da *monarquia electiva* «que rege uma nação por uma graça especial da divindade e pelo direito de herança» (Nunes, 1886: VIII; 42) ao convidar proprietários, comerciantes e operários, «todos os que têm gravado no fundo do coração o amor à pátria e o sentimento de liberdade se agrupem resolutamente em volta da República» (id. : 46), respeitando tanto a «missão espiritual da Igreja» quanto o denunciar da «infame exploração da credulidade popular» pela Companhia de Jesus (id. : 153).

9. Aquando do seu périplo pelo país, procurando magnetizar a nação portuguesa na busca do monumento nacional, Sidónio Pais convida «todos os homens honestos, bem intencionados sem olhar aos seus credos políticos ou religiosos» no discurso proferido a 15 de Janeiro de 1918

Pessoa-sociólogo rejeita profundamente a corrupção, o radicalismo, a «desnacionalização» tolerados pela monarquia (Pessoa, 1979: 111-112) em derrocada e incapaz, por sua vez, de fomentar a diferenciação ideológica (id.: 117); nem aceita o «grupo de todo nefasto» apoiado pela «ralé da revolução» que aplaude a República revolucionária e socializante como testemunha em «O Partido Republicano» e «Decadência Portuguesa» in «Da Ditadura à República» (id.: 130; 135; 112-113). Sabe ser inevitável o dinamismo social ganho na interacção entre sentimentos sociais opostos, gerível em função do «equilibrismo higidamente conservador e liberal» e do «inevitável progresso social»¹⁰ (Pessoa, 1979: 189; 187); assim o apresenta em «Oligarquia das Bestas», texto no qual desvela o respeito pela *conditio sine qua non* da democracia: povo culto, o qual, no caso português, deveria ver contemplado o respeito pelo misticismo próprio da sua alma tanto avessa ao positivismo quanto atreita ao «divagar e ao sonhar» (id. 156-157). A sua apologia da «República Nova» advém de tomar a «monarquia (...) por um regímen de ladrões e incompetentes» e a República por um regímen de «gatunagem e de incompetência» cuja implantação favoreceu desprezo externo maior (id.: 209).

Pessoa aguarda assim por uma República não fazendo embora jus à República do primeiro quinquénio em virtude de as anarquia e confusão não terem permitido a alteração da sociedade como sublinha em «Carta a Um Herói Estúpido» (Pessoa 1979: 203). A «Nova Alma Portuguesa», o

em Viana do Castelo, de tal modo carecia do apoio da «grande massa de conservadores e dos indiferentes», tal qual declara ao *Diário Nacional* (monárquico) a 11 de Janeiro de 1918 (*apud* Brandão, 1990: 127). Ao Partido Nacional Republicano, seu apoiante, afluíam arrivistas, monárquicos, republicanos, germanófilos ansiando por ordem, disciplina e também meio de ascensão socioprofissional (id.: 127-133)

10. A situação de Portugal durante a 1.ª República nunca foi auspiciosa excepto durante e logo após a guerra (1919-20). Em Portugal, a crise mundial de 13-14 foi moderada (Marques, s/d: 39), vindo a registar-se expansão geral do comércio e da indústria a partir de 1915. A escassa produção de trigo continuava a levar à importação maciça (136 861 t em 1925 contra 134 000 t em 1899). As indústrias conserveira, algodoeira, corticeira e de madeiras visavam só os mercados metropolitano e ultramarino, não chegando a ter expressão na balança comercial; as importações duplicavam o valor das exportações; o valor das importações de ferro, aço, maquinaria industrial e agrícola, por exemplo, só a partir de 1923-25 indiciam velocidade de cruzeiro na indústria, apesar de já em 1906 a química e em 1900 a têxtil terem tido o arranque que a cimenteira (Lis) obteria em 1920 (id.: 21; 29: 30-32). Na indústria, em 1911, encontrava trabalho 21, 1% da população; em 1930: 25% (id.: 30-32, 36). Entre 1915 e 1920, Portugal construíra 100 Km de via férrea; entre 1920 e 1926 somente o dobro (id.: 34). A falta de visão continuava a não fazer apetrechar os portos nacionais para o comércio intercontinental, ainda que as principais companhias de navegação estivessem em mãos estrangeiras (id.: 30-37).

novo «conceito de vida» universal (*Weltanschauung*) eram-lhe tão vitais ao seu Portugal novo quanto a consciência da alma lusitana e única – sinal de superioridade moral sobre os «estrangeiros estúpidos», apoiantes oposicionistas na metrópole e no ultramar¹¹ (id.: 201; 206; 209).

A lucidez isenta de que Pessoa se serve para pensar a República norteia-se pelo seu amor carente «de visão política e de cultura europeia», porque republicanos e «servos da confusão da época e do estrangeiro» (Pessoa, 1979: 245). Acusar a elite de imaturidade tanto quanto a urgência do progresso social foi lábaro, cujo distintivo-cerne se encontraria:

1. na premência imediata em consolidar a nação e consequentemente a Pátria, pois era este o escopo da sua visão para a República: a sua esperança (id.: 203)
2. na compreensão do exclusivo valor das classes médias (id.: 258) e motor desta consolidação, porque a República em Portugal seria fruto de «um lento trabalho, primeiro puramente intelectual e educativo que vá entrando pouco a pouco, de cima, na sociedade [para] ela se pode[r] transformar»¹² (id.: 203).

11. Em 1880, o Partido Republicano Unitário formulava as suas reivindicações respeitantes à justiça democrática, igualdade civil e política, ao governo do povo pelo povo (Serrão 1968: 588-592). No seu âmago: provocar o renascimento da Pátria portuguesa. Nas comemorações dos centenários de Camões (1880) e Pombal (1882), escritores e professores, proprietários, comerciantes, industriais, operários acorreram para sinalizar o desejo de modernidade de cuja realização não tomavam a Monarquia como capaz (Serrão, 1968: 592-594). A malograda tentativa para implantar a República a 31 de Janeiro de 1891 acabou por consolidar o espírito de resistência e combate (id.: 596-598). Ocorreu justamente a adesão da pequena e média burguesia e de alguma aristocracia às comissões políticas paroquiais, distritais, aos jornais como *A Voz Pública* (Porto) e *O Mundo* (Lisboa), *A Luta* (Lisboa) (id.: 598), aos espetáculos, gabinetes de leitura, agremiações mantidas pelo PRP – incansável no apoio à instrução popular e generosa no fortalecimento da consciência republicana da moderna e civilizada nação (id.: 603) – convicto da necessidade de assim superar o «carácter utópico para enveredar por soluções políticas» – como escreveu o académico portuense Duarte Leite em *A Pátria* a 1 de Outubro de 1910 – e debelar a oligarquia política (*apud* id. *ibid.*).

12. Para os republicanos o desafio a vencer por Portugal (entre o *Ultimatum* (1890) e a implantação da República em 1910) passava por, no respeito pelo ideário já anunciado por Henriques Nogueira ou Antero de Quental, defender os associativismo, municipalismo, federalismo, socialismo utópico logo em meados do século XIX (Serrão, 1970: 150-1; 2168; 235-240) bem como – «fazendo consequentemente do povo tudo, e do rei nada, absolutamente nada.» (Nunes, 1886: 12), – derrubar a Monarquia, a oligarquia, a Igreja, a corrupção no respeito pelas Liberdade, Igualdade e Fraternidade em simultâneo com o culto da nação e império de Portugal. T. Braga (1834-1924) em *Soluções Positivas da Política Portuguesa* (1879) diria «ser preciso alguma coisa mais forte (...) Revolução» como via da qual brotassem «os maiores benefícios

Pessoa acaba por remeter a superação da contradição entre República e Monarquia para o campo espiritual ao declarar em «República e Religião», incluso em [«Balanço Crítico»] capítulo «Da Ditadura à República»: «(...) não há sociologicamente mon[arquia] e rep[ública]; mas espírito monárquico e espírito republicano, o que é importantemente diferente.» (Pessoa 1979: 158).

Como poderá afinal fôrma literária transmitir valor moral, virtude cívica ou modelo político social ?

Destacaremos três autores: Henrique O'Neill (1821-1889), Ana de Castro Osório (1872-1935) e F. Pessoa (1888-1935)-Alberto Caeiro (1889-1915), cujas obras se estendem por lapso de tempo (1883-1929) e variedade (fábula, conto maravilhoso, poesia) amplos, a fim de melhor ajuizarmos acerca da literatura e forma *sui-generis* de visar: República¹³.

2.º

Em «Fábulas Escolhidas de entre as de Lessing traduzidas literalmente em prosa e imitadas em verso», (1883), H. O'Neill seleccionou e traduziu 23, 21 e 25 respectivamente do I, II e III Livros, contendo trinta fábulas cada e fazendo parte de colectânea publicada por Lessing em 1759 e intitulada *Fabeln [Fábulas]*.

para a humanidade» (Braga, 1879: 14), a energia da «consciência da solidariedade humana» (id.: 22) que a História se encarregaria de revelar. T. Braga acreditava também na acção do Tempo sobre o poder dessa consciência solidária geradora das noções de liberdade e dignidade indispensáveis ao cidadão português empenhado no novo regime positivista e civilizado. Ao tomar assento pela primeira vez no Parlamento, A. Costa propôs não só a substituição do regímen monárquico pelo republicano como legislação relativa à reforma das relações entre a Igreja e o Estado, da instrução pública e da administração dos territórios metropolitanos e ultramarinos. (Serrão, 1963: 721); em 1912, declararia serem estes «património sagrado» (id. *ibid.*) acautelando para a resistência contra as investidas da prepotente Alemanha, contando já com a tomada de territórios em Angola e Moçambique (1914) (Serrão, 1965: 371). A. Costa pugnou sempre como republicano pela afirmação da unidade pátria em contexto internacional, quer aquando do pedido para apresamento de navios mercantes alemães em território nacional (5 de Outubro de 1915), quer aquando da constituição do governo de União Sagrada (25 de Março de 1917), quer aquando do envio do 1.º CEP (19 de Janeiro de 1917) ou aquando das Conferências Económicas dos governos aliados (14-17 de Junho de 1916; Março de 1919) visando entre outros a restituição dos territórios ultramarinos ocupados pela Alemanha (Marques 1991: 361-362; 716.)

13. As traduções em prosa de algumas fábulas de Lessing feitas por O'Neill permitir-nos-ão enunciar valores a corrigir; as respectivas adaptações em verso propiciarão virtudes cívicas a destacar; as notas às adaptações em verso de 50 fábulas de Lessing em «Fabulário» permitir-nos-ão compreender o modelo sociopolítico nelas advogado por O'Neill.

Na I parte, destacam-se características censuráveis como ser cobiçoso¹⁴[I: 2] (O'Neill 1883: 3), presumido [I: 13] (id.: 11), pretensioso [I: 16] (id.: 13), pusilânime [I: 20] (id.: 15-6), estúpido[I: 23] (id.: 17), invejoso [II: 1] (id.: 19), ingrato e egoísta [II: 3] (id.: 20-21), falso [II: 4] (id.: 22), vaidoso [II: 5] (id.: 23), tolo [II: 8] (id.: 24-5), maldoso e adulator [II: 12] (id.: 27-8), irascível [II: 16] (id. 30-31), interesseiro [II: 17] (id.: 31), arrogante [II: 19] (id.: 32), ganancioso [III: 3] (id.: 36-7), ávaro [III: 5] (id.: 38).

Na II, adaptando livremente as mesmas à poesia, acrescentando-lhes epimítio, reforça as condições moralizante e edificadora oferecidas em lição moral à sociedade coeva, preferindo destacar já virtudes cívicas de culto indispensável, como ser perseverante [II: 2] (O'Neill 1883: 91), grato [II: 3] (id.: 194), paciente e trabalhador [II: 8] (id.: 100), prudente [II: 10] (id.: 102), bondoso [II: 14] (id.: 108), autêntico [II: 19] (id.: 114), forte [(III: 1] (id.: 117-9), organizado [III: 3; 16] (id.: 121-2; 150-1), ponderado [III: 4] (id.: 122-3), proficiente [III: 5] (id.: 124-5), genuíno [III: 6] (id. 125-6), generoso [III: 9], (id.: 132), vigilante [III: 11-2.^a] (id.: 136), tolerante [III: 11-7.^a] (id.: 145), persistente [III: 12] (id. 146), vigoroso e destemido [III: 14] (id.: 148-9). Todavia, O'Neill não deixa de denunciar os males da sociedade portuguesa de oitocentos como o arrivismo e a adulação [II: 6 «O Leão com o Burro»; III: 6 «O Corvo»; III: 1 «O Arco»; II: 12 «O Corvo e a Raposa»], a impertinência do «povo-rã» e «socialistas animais» [II: 11 «A Serpente e as Rãs»] e respectivos princípios superadores: tolerância do rei-pastor [III: 11 «A História do Lobo Velho (em sete partes) – 7.^a], ponderação [III: 4 «Os Dotes das Fadas»] e educação da elite [III: 12 «A Águia»], concórdia social [III: 16 «O Pastor e o Rouxinol»] e equanimidade [II: 9 «O Cordeiro Protegido»]; percebendo-se já esboço de modelo sociopolítico.

O'Neill pugna em plena monarquia por discreta reforma de costumes sociais e políticos sem deixar de trazer à colação virtudes em regímen monárquico e pré-*Ultimatum*:

«O Chaparral»

(...) Quanto ao nosso Portugal;

Cada qual,

(...)

Defenda-o com heroísmo

14. Em romano: o Livro, em árabe: o n.^o da fábula segundo a edição utilizada por O'Neill.

Contra todo o despotismo.

(O'Neill 1988: 577)

cultivando a identidade nacional, segundo a tradição portuguesa:

«O Lavrador e o Filho»

(...)

Lavradores!

Professores!

Vede-vos bem neste espelho;

Do pai segui o conselho.

(O'Neill 1888: 533)

Eis dois exemplos extraídos da magistral colectânea intitulada *Fabulário* (1888), dedicada por O'Neill a sua «Alteza Real, o Príncipe D. Carlos». Nesta, também confessa o apreço por Lessing e La Fontaine ¹⁵(id.: XVI), sublinhando a mais-valia autoral (do germânico em apreço) e «prática», como declara em nota à fábula n.º 122 (O'Neill, 1888: 666), já que destas últimas dependem impacte e influência pretendidas sobre «leitor» [nota à fábula n.º 103] (O'Neill, 1888: 658) com quem quase partilha a condição de «incauto» [n/à fábula n.º 15] (id.: 626) destinatário eleito da «verdade» «d[est]a fábula» [n/à n.º 95] (id.: 654).

Observação, análise e composição prestam-se em cada fábula re-criada a, por processo de alegorização [n/à n.º 15] (O'Neill 1888: 626) e comparação [n/à n.º 20] (id.: 627), levar o receptor à conversão unívoca da lição moral e sobremodo a continuar modelo sociopolítico pelo futuro.

A apresentação de «casos peculiares» serve a denúncia de característicos censuráveis como a maldade [n/à n.º 5] (O'Neill 1888: 621), a vaidade [n/às n.º 6 e 46] (id.: 621; 637), a malvadez [n/à n.º 39] (id.: 634), a ganância [n/à n.º 40] (id.: 634), o orgulho [n/à n.º 46] (id. 637); ou louváveis:

15. Referiremos apenas as notas às mais pertinentes das cerca de 50 fábulas das 366 constantes de «Fabulário» e que O'Neill resolveu adaptar do aprendizado decorrente do estudo das «Fábulas» de Lessing, as quais teriam sido na totalidade do conhecimento do leitor de Língua Portuguesa na Universidade de Gotinga/Göttingen e que foram recriadas com mais ou menos criatividade. Referiremos nota à fábula n.º por [n/à n.º] respectiva para demonstrar os característicos do modelo sociopolítico defendido por O'Neill, já que cada nota oferecida pelo autor funcionará como interpretação sua e segura de cada fábula, evidenciando deste modo o fim a que se destina.

a instrução [n/às n.º 51, 80, 107] (id.: 638; 647; 660), a cultura [n/às n.º 60, 176] (id.: 641; 685-6), o mérito [n/à n.º 61] (id.: 641).

Contudo, nas versões incluídas nesta obra, O'Neill visa todos os indivíduos ou povos [n/à n.º 80] (O'Neill 1888: 647) organizados politicamente – «Quanto mais um povo é civilizado tanto menos carece de governo» [n/à n.º 306] (id.: 729) –, sem deixar de considerar o povo português espaço para a «luta» [n/à n.º 150] (id.: 676) entre os «conservadores» da época de virtudes pretérita e os «utopistas» de «igualdade quimérica» [n/à n.º 150] (id.: 676). Não aceita que tal «batalha da vida» [n/à n.º 73] (id.: 645) ou «luta pela existência» [n/à n.º 165] (id.: 681) continue «desastrosa[s] para a civilização» [n/à n.º 150] (id.: 676) por admitir a necessidade de debelar a injustiça, não chegando a reconhecer competência quer «às utopias mais ou menos sinceras, dos comunistas» [n/à n.º 43] (id.: 635-6) quer às ilustrações republicanas: «demais desfiguram os heróis que pretendem honrar: ainda há pouco vimos Camões e o grande Marquês transformados em republicanos!» [n/à n.º 203] (id.: 694). Assedia assim o leitor com princípios, segundo os quais «Quem governa deve ter ideias vastas e generosas:» [n/à n.º 78] (id.: 647) e pertencer à elite: «Quem sabe e tem força é que deve mandar.» [n/à n.º 180] (id.: 687) desde que promova a instrução do povo como meio de acesso à respectiva autonomia em liberdade [n/à n.º 306] (id.: 729).

Avisa, a fim de o leitor:

- 1 não se perder em «críticas aos homens de mérito e até às nações» [n/à n.º 54] (O'Neill, 1888: 640);
- 2 vigiar o governo formado por «homens que passam por hábeis e não sabem cuidar do que é seu: por isso não raro os escolhem para governar o alheio!» [n/à n.º 50] (id.: 638).

O'Neill enaltece a sua «forma literária» [n/à n.º 205] (O'Neill 1888: 695) em função do mérito respectivo: «espalhar a ideia», já que considera esta a mais importante característica do criador literário a não cercar pela «fôrma que se dá a um pensamento» [n/à n.º 84] (id.: 648-649), de tal modo fundamental o reformar a sociedade segundo o ajuizar ponderado [n/à n.º 92] (id.: 653) e o compromisso colectivo-geracional, através da «divisão do trabalho sem a qual pouco se pode caminhar no estado em que

se acha a enorme tarefa a nós legado pelo passado e aquela que estamos preparando para o futuro» [n/à n.º 87] (id.: 650).

Censurando os defeitos à sociedade sob regímen monárquico e apresentando-lhe virtudes cívicas a incorporar ao mesmo tempo que avisa para os riscos de utopistas republicanos, a fábula em O'Neill cumpre com o paradigma: crítica moral como reforço do regímen sócio-político vigente.

3.º

Em «Alguns Contos de Grimm» (1904)¹⁶, também a escritora, republicana Ana de Castro Osório, possivelmente responsável pela co-selecção dos 25 títulos extraídos de *Kinder- und Hausmärchen*, coligida e publicada em 1812 pelos Irmãos Grimm, convida o leitor infante-juvenil a:

1 – reconhecer a necessidade tanto de parcimónia e sobriedade («O Rato da Despensa» [Osório, 2008: 100]) quanto de ponderação para a existência ingénua se tornar avisada («A Gata e o Rato em Sociedade» [id.: 39-44]);

2 – aceitar, através de analogia subtil – porque menos evidente a semelhança com as fábulas –, a importância de valores, virtudes e princípios conducentes ao aperfeiçoamento individual e colectivo presentes em forma literária menos moralizante.

Assim, a pobreza ou origem social humilde ou desvalida, responsável quer pela caracterização inicial do herói («As Estrelas de Prata» [Osório, 2008: 111-2], «As Três Fiandeiras» [id.: 113-6], «Raponços» [id.: 106-110], «O Bate-Sorna» [id.: 86-90]) quer pela empatia com o leitor, irá dar lugar tanto a bondade e generosidade extremas («As Estrelas de Prata») quanto a capacidade de trabalho, diligência inesgotável sob forma simples ou projectada em figura maravilhosa – intérprete apenas da natureza profunda de protagonista em amadurecimento: «Os Pequenos Génios Benfazejos» (id.: 51-54), «O Bate-Sorna», «As Três Fiandeiras». Destaque-se neste último

16. Este 11.º volume de «Colecção para as Crianças» apresenta (co)selecção e (co)tradução de 25 títulos extraídos de *Kinder- und Hausmärchen* dos Brüder Grimm. (Utilizaremos a reedição do volume pela Colares Editora, 2008). Deste destacaremos os contos, nos quais os valores mais marcadamente se apresentam com finalidade edificante. Virtudes cívicas, destacaremos ainda em alguns destes e, em especial, em «Os Três Desejos» incluso em «Contos Maravilhosos»; modelo sociopolítico surge somente evidente em *Uma Lição da História*.

a gratidão vertida em humildade e ou persistência, justificando e comprovando igualmente a essência do protagonista buscando maturidade.

Apesar de não *ditar* valores ou modelos de ética como a fábula, o paradigma do conto maravilhoso seleccionado por A. C. O. pretende mais que o entretenimento trivial sempre que enaltece o ser generoso, laborioso, persistente, paciente, uma vez que almeja felicidade e riqueza vitalícias de herói que, sem ajuda maravilhosa sob a forma de fada, génio ou animal benfazejo, se manteria néscio ou inepto.

O leitor é assim interpelado a inferir:

- 1 – quanto as boas acções trazem «riqueza para toda a vida» (Osório 2008: 112) («As Estrelas de Prata»), tornando todos «felizes e contentes» (id.: 110) («Raponços») «em todos os negócios» (id.: 54) («Os Pequenos Génios Benfazejos»);
- 2 – quanto a preguiça é aniquiladora («Os Três Preguiçosos» [id.: 91]) do poder;
- 3 – quanto a persistência humilde é favorecedora do «governar com sabedoria e acerto» (id.: 101) («As Três Penas» [id.: 101-105]).

após ter constatado «como as coisas andam neste mundo de Cristo» (id.: 44) («A Gata e o Rato em Sociedade»).

É também levado a interrogar-se acerca do motivo da disfunção governativa de rei doente ou à beira da morte («Os Três Preguiçosos», «As Três Penas») ou príncipe carente de consorte «laboriosa, aplicada» (Osório 2008: 114) («As Três Fiandeiras»), sendo certo que crítica tácita à aristocracia e monarquia não se podem subestimar nesta selecção republicana. Será igualmente de valorizar o conto «Os Diferentes Filhos de Eva» (id.: 71-74), por nele se enaltecer quer a concórdia quer a solidariedade no seio de humanidade diligente e obra do Criador: «como os diversos membros de um só corpo» (id.: 74).

O superior princípio da fraternidade, sustentado pela igualdade e coesão social, não se afasta do da solidariedade que A. C. O. enaltece nestes contos maravilhosos destinados à educação privilegiada sob princípios republicanos.

Em «Os Três Desejos» (Osório 1929: 83-87), inserto no volume intitulado «Contos Maravilhosos»¹⁷ da autoria de A. C. O., parte-se da tradicional caracterização do herói: pobre ansiando aceder ao desejável bem-estar.

17. Esta obra de onde extraímos o referido conto é utilizada na sua 5.^a edição (1929) sob a chancela de Parceria A.M. Pereira.

Caracterização de acção, tempo e espaço diversamente da «do tempo das fadas» (id.: 84), bem como a caracterização dos protagonistas como tipos reais – ela ansiando por beleza, riqueza e nobreza; ele por saúde, alegria e longevidade (id. *ibid.*) – permitem caricaturar com ironia e graça o esperado modo maravilhoso de erradicar a pobreza ao denunciá-lo como «mangação» e simultaneamente como imaturidade auto-reconhecida (Osório, 2008: 87).

A autora explora assim a palavra e seus poderes necessários à transformação da realidade adversa em auspiciosa, à medida que torna evidente quanto lição nascida da experiência e proferida pelas personagens congrega valor universalmente reconhecido.

O leitor lê e conclui quanto:

1 – se consegue «com alegria e boa paz contentando-se daí para diante com a sua sorte trabalhando para que a sua vida [lhes] fosse sempre mais agradável» (Osório, 2008: 87);

2 – uma vez retirado o poder de encantamento à palavra anelante, esta o recupera ao edificar o real.

A felicidade perde o carácter maravilhoso e o herói colectivo, cónscio da sua responsabilidade, reconhece ao seu labor a indispensabilidade à edificação daquela.

Reframos por último – também da autoria de A. C. O. – «Uma Lição da História» (1909), narrativa, na qual exemplificou de forma deleitosa o princípio (praticado já em 1906 em «A minha Pátria»), segundo o qual divulga conhecimentos de forma tão agradável como uma «história da carochinha», com vista a promover a consciência cívica (Osório, 1909: 21). Em narrativa engastada, fruto da imaginação empenhada, deslocando, «como se diz nos contos de fadas», acção, tempo, espaço e personagens para contexto irreal, a narradora promove o entendimento alegórico bastante e essencial à lição segundo ideário republicano (id.: 32; 44). Todo o regímen, rigidamente conservador de planificação social, económica, política, promotora de antagonismos materiais asséptica e artificialmente equilibrados, é passível de passar de uma utópica «teoria das delícias» (id.: 21-26) para regímen, no qual trabalho e inteligência geradoras de aptidões de validade política exequível provada e comunidade organizada por gestão insigne de capital e colectividade ao serviço do saber e do povo, acabe

por instituir modelo sócio-político originalmente estruturado segundo paradigma federativo-presidencial (id.: 78).

A intenção de A. C. O exprime-se desde logo na alegoria presente no título, já que a História demonstra bem quanto após ser «des-vendada» induz à felicidade sobre a Terra, desde que o bem e o melhorar dos povos não se circunscrevam a tempo e espaço limitados (Osório 2008: 53; 71-73).

Esta história dentro da história, na qual se alegoriza via para a moderna civilização sob os princípios da Liberdade, Igualdade, Fraternidade, ilustra, assim, aliança, também no seio da narratária-aristocrata, entre a inteligência e o trabalho (Osório, 2008: 79).

Por muito que valores e virtudes cívicas encontrados em A. C. O. também se tenham encontrado em H. O'Neill, a sua visão presbíte de republicana em nada se confunde com a de monárquico deste. O'Neill recolhe-se a uma continuidade pela força da lei moral, enquanto A. C. O., a uma legitimidade alicerçada nos ensejos genuínos do saber imemorial do povo. Respeitarão ambos a sabedoria nacional. A. C. O. aceitando melhor a governação em função das necessidades do povo, O'Neill, a perenidade que se prolonga pela reforma sem hiatos. A. C. O. reformando ao recuperar modelos vetustos.

Ambos ilustram, todavia, o quanto a literatura (exemplificada pelas formas escolhidas) concorre para a instrução do leitor. O'Neill, *conferindo-lhe voz*, recupera-lhe a consciência dos costumes e a vontade para a edificação e consolidação do régimen monárquico; A. C. O., provocando-lhe a consciência do *saber fazer*, desmonta-lhe com ironia os preconceitos com vista ao fortalecimento de edifício republicano.

Ficará, no entanto, a força da palavra-literária não apenas como veículo edificante do leitor segundo princípios monárquicos ou republicanos, mas sobretudo como expressão estética de síntese moderna de contradições sócio-políticas, a que a literatura não é estranha e das quais depende, mas as quais acompanha distanciadamente sem deixar de *fazer ver*.

4.^º

Pessoa vê «as coisas desta vida de modo diferente do dos outros homens» (Pessoa, 1966a: 15), aceitando democracia e liberalismo como pilares da civilização europeia e respeitando a tirania social (fascismo ou comunismo, estado corporativo ou sindicalização) (id.: 77) como forma de dissolução

ocasional da civilização europeia, desde que o movimento reflexo de consciência, *Weltanschauung*, consciência do universo, sejam exclusivamente portugueses (id.: 117). Define-se como «espectador da vida» interessado em «brincar com as ideias e com os sentimentos» (id.: 65), tal qual um «decifrador de charadas» (id. *ibid.*), raciocinando minuciosamente em busca da verdade, interpretando e produzindo discurso através de «ideias simples, generalidades vagas», porquanto consciente da complexidade daquela que «não é mais que matéria para um belo argumento» (id. 74; 76); o artista assimila ideias ou impressões que pela interpretação transforma em impressões ou ideias «artísticas» (id.: 177-178). Se «pensar é errar» (id.: 217), e ao artista só é permitido «o valor daquilo que sente» (id.: 216-217), acaba por confessar servir o «progresso e o bem da Humanidade» (id.: 68) ansiosa, ao oferecer-lhe não a sinceridade (id.: 210), mas a mentira (id.: 74).

O seu amor à Pátria¹⁸ e anseio em melhorar Portugal levam-no a adoptar o exercício do verbo mais adequado à retoma do conhecimento da «alma das coisas», origem da admiração e espanto próprios do artista criador e imitador perante a «beleza das coisas» (Pessoa, 1966a: 7-8; 14-5).

A obra literária constituir-se-ia passagem temporal entre o real inabitual e diverso, vital à tomada de consciência anterior (criador) e posterior (receptor). Considera, por isso, «literatura como a única verdadeira arte», por superar em nível de abstracção quer a pintura quer a escultura quer a arquitectura quer mesmo a música, – «produtos de um incompleto desenvolvimento mental» – ainda que estas estejam acima das artes coreográficas, dramáticas, corais, apenas fruíveis segundo sentimentos e emoções, porque sem o equilíbrio resultante de triagem inteligente (Pessoa 1966a: 123-124).

Literatura promoveria sobremodo:

- 1 – realidade exclusiva enquanto (id.: 159-160)
- 2 – organização de sensações abstractas potenciando
- 3 – a concretização abstracta da emoção como via para (Pessoa 1966a: 168; 131; 163; 167)
- 4 – a auto-consciência (id.: 183-184)

18. Em «Para a Compreensão da “Mensagem”», Pessoa enaltece tudo o que valorizando-se (I) e valorizando os seus compatriotas (II) consolida o «caminho» entre singular e plural, «Nação», com vista à consecução da «fraternidade patriótica» (I) e seguidamente da «fraternidade» universal(II) (Pessoa, 1966 a: 436-437).

uma vez que o todo objectivo conseguido pelo artista equiparável aos todos vivos e orgânicos da natureza exprimem a interpretação de toda a impressão em trânsito na *rede de nervos* europeia coeva (id.: 164-167).

O artista moderno, à luz do idealismo propalado por Pessoa, entregando-se às «influências profundas do momento» (Pessoa, 1966a: 125) e explorando com as intensidade e turbulência da vida cosmopolita a riqueza inédita das emoções, só teria de imitar a objectividade, perspicuidade, limpidez de linguagem dos clássicos (id.: 167-168), cumprindo cabalmente com o Sensacionismo, à luz do qual o criador estimulando a imaginação do leitor, «fará ver»¹⁹, ao provocar-lhe a pertença a um «*outro mundo*» algures divino: o da beleza. (id.: 132; 302).

Em Pessoa, o Sensacionismo surge na teoria estética como forma para elevar a alma portuguesa à condição moderna, cosmopolita, civilizacional – espiritual (e sociologicamente) – à medida que vai acompanhando o tempo modulador da reforma a contrapelo. O seu apreço manifesto pelo Presidente-Rei, porque crente na sua condição de instaurador da ordem e organização olímpicas, mas não germânicas²⁰, de raiz aristocrática, apesar de tão politicamente ambíguas quanto elitistas e promotoras de resistência face à plebe democrática e de instrução republicana-humanitária, não destoa das reservas perante regímen monárquico português, porque corrupto e inepto (Pessoa, 1966a: 227; 277).

19. Pessoa enaltece a «perfeita perfeição» do equilíbrio, sentido na arte «de quem via sabendo ver» (Pessoa, 1966a: 302); aqui o paradigma perseguido por Pessoa e que surge de forma consolidada em Pessoa-Caeiro, cujo «*stupendous fact about Caeiro is that out of this sentiment, or rather absence of sentiment, he makes poetry.*» (id.: 338); a ternura porventura percebida pelo receptor erige-se como concessão à «estupidez de sentidos», porquanto em vista está proporcionar «*The absolutely real existence of things*» só visível aos olhos, não inteligível à mente; a tal praxis poética, a-sentimental se deve a originalidade e por isso a modernidade, segundo a qual a poesia - inteira e hígida - se afasta da doença do pensamento subjectivo, da convenção ou do sentimento ou «*any other soul-place*» (id.: 340-341).

20. G. R. Lind sublinha o apreço de Pessoa pelo individualismo grego (infelizmente) submetido pelos romanos aos interesses do Estado; os romanos e os alemães assemelhar-se-iam segundo Pessoa ao ilustrarem, como civilização colectivista, não terem promovido o desenvolvimento do indivíduo e da cultura tanto quanto o haviam conseguido os gregos (Lind, 1970: 103-104). Pessoa admite o papel relevante da Guerra (1.ª Mundial) por ter despertado para a luta contra o cosmopolitismo e pelo espírito pátrio à medida que se combatia o imperialismo, germânico sobretudo (Pessoa, 1966a: 277) – este representaria «a erecção do princípio imperialista do cristismo em princípio único» (id.: 267); pugnava, por isso, pelas alma e cultura gregas, de tal modo estava consciente de as «nossas instituições políticas sofr[er]em do colectivismo romano e do sentimentalismo cristão» (id.: 302).

Pessoa não esconde o quanto venera a literatura pelo seu alto grau de abstracção; logo, facilmente compreenderemos que destine tal grau de excelência estética à fruição da aristocracia; concebe simultaneamente a pintura, escultura, arquitectura, música como artes destinadas à fruição da burguesia; as artes vitais, como a dança, o canto, a representação teatral, destina-as à fruição da plebe (Pessoa 1966a: 123-124). Aristocracia, burguesia e plebe funcionariam apenas como quase atributos de sensibilidade no sujeito se porventura em «*Sensationism*» Pessoa não estabelecesse equiparação entre aquela realidade psicológica e a agora clara estruturação sociológica espiritualmente tripartida – aristocracia, classe média e plebe (id.: 207-208). À plena capacidade de abstracção, à luz da qual a aristocracia viveria para a arte, valorizando a beleza inclusa em objecto material ou espiritual, opor-se-iam as «considerações económicas» latentes na plebe que, «como todos os socialistas e a maior parte dos anarquistas», valorizaria os fins materiais; o espaço central da classe média identificar-se-ia pelo investimento de valor segundo a determinação dos seus interesses em função da carga política de objecto ou situação visados (id. *ibid.*)

Universos estético e político aproximam-se pela raiz idealista platónica²¹, se recordarmos Livros VII, VIII, IX de «A República», nos quais é clara a opção pela «realeza» como melhor governo para a cidade e para o homem-filósofo enquanto estudioso de cálculo, geometria, música, literatura, dialéctica, porque respeitador da insigne parte racional da alma atreita ao conhecimento da verdade e da sabedoria; na timocracia e na oligarquia, vê Platão o governo da cidade pelo homem-ambicioso para quem a ambição, o domínio, a vitória, a fama, a honra são expressão da parte irascível da alma e da sociedade; democracia e tirania resultariam do domínio da cidade e do homem-interesseiro pela concupiscência, porquanto resultante do domínio dos virulentos prazeres fisicamente saciáveis (521a-541a; 580b-580c; 545a-550c; 550c-556c; 556c-562a; 562a-569c; 580d; 581c-583b). Platão admite apenas a «realeza», ainda que utopia a ser contemplada pela vontade equilibrada de ente superior, dedicável ao melhor governo da cidade (590d-592b). Pessoa, crendo na salvação para Portugal por via da perfeição a almejar pela República, aristocrática (Parreira, 2003: 461-462), acreditou poder ser o Sidonismo via

21. Pessoa, como redactor delegado pelo «Conselho Magistral do Neopaganismo Português» para elaborar o volume introdutório da sua propaganda exterior, acredita, como os neoplatónicos, no Destino, nos Deuses e «na sua existência *materialmente superior*» (Pessoa, 1966 a: 228-229).

superadora da oligarquia ou democracia rejeitadas, já que o arrivismo, a ambição em regímenes corruptos (monárquico-republicano) os tornava espaço abominável para o culto da arte superior.

Pessoa atém-se somente ao campo espiritual por considerar a aristocracia-do-espírito o cadinho acolhedor da literatura, qual concretização do «objectivismo absoluto» (Pessoa, 1966a: 233) via sensação da sensação.

Portugal caminharia para a modernidade exemplar, pois mais apto a assimilar a lição dos gregos – a rejeição do «critério subjectivo, excessional extra-humano na interpretação das cousas.» (Pessoa, 1966a: 267) – já que estes colocavam o «critério da realidade», o ponto de verdade, na natureza exterior enquanto «base para a especulação e para a interpretação da vida.» (id. 233).

Pessoa ambicionava como «neopagão» a autonomia de Portugal face a fórmulas estrangeiras baseadas no «igualitarismo», «humanitarismo», quer se tratasse de «imperialismo germânico» quer de «democracia aliada»: «imperialismos modernos» (Pessoa, 1966a: 258; 227); o modelo da cidade-estado²² dos gregos pagãos assente numa moral de «orientação e disciplina» e a aceitação da vida em sociedade com base em rigorosa distinção de classes (id.: 249; 258; 265-266; 296; 199) sob governo aristocrático²³ seria o adequado à consolidação quer do sentimento (pátrio) quer da consciência (da nação) de pertença a uma sociedade sob os desígnios da religião da época da ciência: o paganismo grego (id.: 118; 276-278); sob a sua aura e no seio das «pequenas nacionalidades» (id.: *ibid.*), seria garantida a liberdade-de-oportunidade à plebe adstrita ao trabalho manual – e respeitada nos seus direitos cívicos, como a moral, a religião, a «liberdade restrita», o direito natural do homem (id.: 259-260) –, fazendo com que a decadência inerente ao Cristianismo cedesse o lugar à evolução natural do homem, cada vez mais próximo do espírito científico em desenvolvimento, a par das ideias abstractas (id.: 272; 303), tanto mais úteis à

22. Lind destaca quanto Pessoa estava consciente do valor da universalidade na arte, na ética, na religião gregas, pelo facto de, nesta civilização, a consciência cívica ser tanto mais indispensável ao elo estreito que liga os gregos à *polis* quanto o peso do separatismo seria contraponto ao seu individualismo; Pessoa, ciente disto mesmo, considera a cultura grega como a base cultural da nossa civilização, tendo, como vimos demonstrando, feito a apologia da sua revivificação como forma de consolidar a consciência patriótica (Lind, 1970: 99-100).

23. No «Programa Geral do Neopaganismo Português», Pessoa não só rejeita a Democracia, como também «todas as formas de governo não-aristocrático» (Pessoa, 1966a: 227)

comunicação quanto mais paradigma de mitificação (id.: 305; 310) e de evolução transformadora (id.: 309-315).

A arte superior – literatura –, veículo para o transporte da alma além instintos e preocupações morais ou imorais (Pessoa 1973b: 53), aproximar-se-ia da beleza ao elevar o homem (id.: 27); enquanto acervo espiritual da humanidade (id.: 31), vai-se transmitindo e influenciando gerações (id.: 29), ao mesmo tempo que fortalece o grau de civilização por via da rejeição de factores subjectivos e concomitante assimilação e representação de emoções universais, fruto do tratamento de dados de «sensibilidade» pela inteligência abstracta (id.: 7); assim, através deste processo de idealização, exclusivamente artístico, se eleva o homem ganhando à natureza, por via da abstracção amplificadora, a sua feição objectivista de realidade verdadeira (Pessoa, 1966a: 338) e análoga à oferecida pelos sentidos (id.: 314-315).

Sem símbolos e imagens próprios do artista plástico, sem emoções ajustadas às intuições do compositor, mas pelo pensamento abstracto, através do qual a «imaginação artística» constrói, intensifica e aprofunda (Pessoa, 1973b: 125) com sobriedade, lucidez e concisão (Pessoa, 1966a: 289-291), a humanidade afasta-se do sentimentalismo humanitário cristão concentrando-se na felicidade sobre a Terra (id.: 295-296).

Inequívoca a intenção de qualquer dos três autores em pugnar pela via da civilização para Portugal, pela felicidade para os seus concidadãos. No método, as diferenças.

A abstracção, evidente no processo de alegorização presente nas fábulas e contos de O'Neill e A. C. O., não será a mesma explicitada em Pessoa-Caeiro. Uma ingenuidade moral enformará as intenções monárquicas e democráticas de O'Neill e de A. C. O., respectivamente, sem oferecer qualquer processo de intelectualização, mitificação da realidade. A funcionalidade da literatura de tendência em O'Neill e A. C. O. denuncia carácter subjectivo e pré-moderno de arte propedêutica à reverberação da emoção, cuja objectividade está na edificação do carácter concreto das coisas e não na do seu carácter transcendente.

A subjectivização e politização ofuscam a superioridade essencial à arte-da-aristocracia intransigente com moralismos e modelos utópicos.

Quer O'Neill quer A. C. O. pretendem consolidar a consciência do leitor para os respectivos objectivos morais e políticos individuais e/ou colectivos. Pessoa-Caeiro, através da consciência individual e/ou colectiva

de nação-pátria, para a sua condição de modernidade-civilizacional inexorável-fatal.

Os três, unidos no papel determinante que a literatura poderia desempenhar; Pessoa-Caeiro, todavia, somente através da literatura enquanto consciência da consciência da sensação como reverberação da emoção²⁴.

A literatura edificante-ingénua de O'Neill e A. C. O. fica aquém da escrita «fingida» – artisticamente – de Pessoa-Caeiro; a descrição figurada naqueles não encontra réplica no silêncio loquaz preparado pela «emoção artística» deste (Pessoa, 1966a: 192) – própria do «fingidor» por excelência, que se desvia de «lições» expressas, mas não tácitas, por ser exímio em interrogações, por conduzir a abstracção e por transferir a loquacidade do texto para a alma do cidadão.

A superioridade da arte literária em Pessoa-Caeiro não desdenha da complexidade celebrada na obra de espírito disciplinado que impõe às próprias coisas a «visão» respectiva e concreta delas mesmas (Pessoa, 1966a: 338), sem pensamentos ou sentimentos subjectivos, parecendo exigir até do auditório estupidificado (id. *ibid.*) de tal modo as coisas descritivamente destacadas do quotidiano (tese) surgem, por subtil contraditório, dirigidas ao auditório enquanto desprovidas de qualquer valor figurado (alegórico, simbólico) (antítese), auditório esse que, assim surpreendido, toma consciência do absurdo (síntese)²⁵. A sua poesia recolhe-se à respectiva matriz axial: o paradoxo²⁶ (id.: 218).

24. O Modernismo de que Pessoa é exemplo português recolher-se-á também às manifestação e superação, por «estranhamento ou desfamiliarização», de crise assinalada e trespassando também a linguagem em tempo de sociedade de massas, cujo sistema liberal-democrático denunciava já ruptura com consensos ou harmonias circulares, orgânicas coevas e contemporizadoras (Silvestre, 2008: 473-474).

25. «Instabilidade» e «precariedade» anotará H. Buescu ao caracterizar a dificuldade do artista moderno em estabilizar a representação, qual permanente resposta à urgência com que o tempo se faz sentir (Buescu, 2008: 470-471); passado e futuro são objecto de vivência singular de sujeito moderno, a quem Pessoa fala particularmente por denunciar o risco permanente em que vive, melhor, pode viver, já que a sua poesia é fala de sujeito poético que anota as suas observações enquanto observa, fazendo da sensação sensação da sensação ao imaginar/criar acto contínuo consciência de semelhante acção.

26. J. Prado Coelho relaciona a frequência do paradoxo em Pessoa com o «gosto da expressão inédita e incisiva que obriga a um esforço de compreensão» (Coelho 1963: 155-158); Pessoa, em «Para Orpheu», e por considerar o «paradoxo (...) a fórmula típica da natureza», advoga, por isso, assumir toda a verdade forma paradoxal (Pessoa, 1966a: 218); daí que, apesar de ser a poesia espaço de «mentira artística», não menos a considere, e por isto mesmo, ajustada ao culto, inintencionalmente, da natureza naturalmente paradoxal.

Pessoa-Caeiro interpreta a natureza levando o auditório a aceitar os enigmas do destino, da natureza, com naturalidade. O carácter absurdo surge tanto mais aparentemente trivial quanto obviamente evidente o imediato silêncio, proporcionando a emoção loquaz de que o deslumbramento – o «pasma inicial» – se faz acompanhar (Pessoa, 1978: 22), como quando criança extasiada perante a «eterna novidade do Mundo» (id. *ibid.*).²⁷

A palavra aparentemente espontânea em Caeiro quase parece brotar da formulação natural, tal o modo fluente do discorrer acerca das sensações; em Caeiro, a inteligência alerta e crítica não descansa (Coelho 1963: 24; 128; 153).

Menino Jesus assemelhado à eterna criança? Quem não seria capaz do paradoxo: humano que é natural e concomitante divino (Pessoa, 1978: 34)?

Menino Jesus assemelhado à concreção da ideia – condição de força da natureza e respectivo carácter divino – e à obra poética da existência quotidiana de Caeiro, só para criador que pensa «com os olhos e com os ouvidos» (Pessoa, 1978: 37) e que vê mistério apenas no pensar alguém no mistério (id. : 26), porquanto «basta existir para se ser completo» (id. : 81).

Ritmo e rima livres definem estes versos de modernos (Pessoa, 1966a: 354) tão atreito, ao monólogo interior²⁸ quanto à «estupidez de sentidos» do seu receptor (Pessoa, 1978: 54), exigindo exercício de escrita por

27. O guardador do «pasma inicial» exclusivo de criança nascida perpetuamente para a novidade do mundo (Pessoa, 1978: 22) é mera interpretação de pensamento filosófico de poeta ilustrando assim a sua modernidade ao identificar-se como admirador da beleza das coisas (Pessoa, 1966a: 13) cuja visão teria sempre de deixá-lo «atónito com as coisas» (Pessoa, 1966a: 15). Nesta conjugação de textos poéticos e poetológicos – provavelmente datados do primeiro quartel do século XX – poderemos constatar a linha ténue da criação literária de Pessoa, fazendo fronteira com o pensamento filosófico, e enaltecer afinal a liberdade guiada pela imagética em verso que a si próprio se esgota não na imagem, mas na expressão que potencia a ideia de existência coisificada – qual paradigma de polis-nobre liderada por indivíduos anelando a alma universal. As condições sociológicas, discretas mas operantes no verso, apenas teriam de favorecer as condições desta exigente modernidade permanente no fascínio através do verso; modernidade essa renovadora de cidade-estado à escala comunitária humanista, alternativa a modelo pré-formatado. Porque o paganismo «não considera o [homem] senão como um episódio da terra.» dirá Pessoa-Mora (Pessoa, 1966a: 296) enquanto Pessoa-Caeiro exprime lapidar e estoicamente a divindade humana pela submissão humilde e inexorável ao destino e aos deuses, simplesmente: «(...) E na nossa comum divindade/ De nos deixarmos ir e viver pela Terra» (Pessoa, 1978: 59).

28. Prado Coelho assinala Caeiro como «chão aberto, espontâneo, apóstolo de um realismo instintivo, é o que menos discrepa da língua comum» e sublinha contrastando a originalidade nas metáforas, comparações, paradoxos e jogos de palavras criadas pelo poeta cujo espírito abstracto e analítico se verte no esmerilhar da vida psicológica.» (P. Coelho, 1963: 158).

manifestação da consciência da consciência, também da existência²⁹ (Pessoa, 1966a: 192-193), cuja interrogação permanente induz pela mentira, artística (Pessoa, 1966a: 12), à propriedade na convicção pela existência, porque toda «a certeza é mentira» (Pessoa, 1978: 100).

Parecerá insensibilidade quase, indiferença à vida da *polis* talvez, porque, perante «um homem das cidades (...) [que] /Falava da justiça e da luta para haver justiça/ E dos operários que sofrem» se afirma « (...) Que me importam a mim os homens/ E o que sofrem ou supõem que sofrem ? (...)» (Pessoa 1978: 54-55) e se exprime ciência-do-ver tão indiferente quanto perante «uma pedra redonda» (id.: 78) porquanto felicidade, paz, justiça apenas ideias só para libertos da Caverna (da Alegoria) ou sujeito poético em Noite de S. João, «Do lado de cá, eu sem noite de S. João» (id.: 77).

A «lição» de Caeiro: não aos desejos, esperanças ou sentimentalidades! (id.: 86); sim à existência! –, por cumprir ao destino aceitar as dificuldades (id.: 90); talvez por isso Caeiro não pretendesse «alterar» «aquilo a que chamam injustiça do mundo» (id.: 78).

A sua arte superior – literatura –: «Tenho escrito bastantes poemas» pensados «sem esforço» (Pessoa, 1978: 81-82) qual prosa em verso escrito «sem querer» (id.: 66) e ao sabor de algo que *lhos dita* – porque «Tudo isto é absolutamente independente da minha vontade.» (id.: 82), mas não na da natureza que escondeu na «personalidade espontânea» do criador a finalidade da arte (Pessoa 1966 a: 160-162)³⁰.

Pessoa-Caeiro visava somente a nobreza da alma:

(...)

O homem e a família dele são reais do lado de lá da janela.

Eu estou do lado de cá, a uma grande distância.

29. Ao intelectualizar a sensação, Pessoa conduz pela voz de Caeiro à sensação diversa da vulgar; e porque pensada, denota a consciência que a cria; concede-se ao poeta todo o espaço de expressão para insuflar às palavras usuais a simplicidade e naturalidade da ideia, cujo deslumbramento partilha com o leitor universal conquistado pela divindade em letargia; contudo, desperta pela sua poesia «(...) Penso e escrevo como as flores têm cor/Mas com menos perfeição no meu modo de exprimir-me/Porque me falta a superioridade divina/De ser todo só o meu exterior. (...)» (Pessoa, 1978: 40).

30. Em «Sensacionismo», Cabral Martins dirá que «Caeiro pensa com os sentidos, e, ao fazê-lo, transforma-os em lugares de conhecimento, de revelação do mundo.» (Cabral Martins, 2008: 786): este conhecimento provém do tom universal liminarmente óbvio a qualquer leitor que do mundo já tenha compartilhado a sabedoria – à arte conceptual de Pessoa-Caeiro não é por isso estranho a aceitação e admiração naturais pelos tempo e espaço de qualquer.

A luz apagou-se.

Que me importa que o homem continue a existir?

(Pessoa 1978: 89)

Pessoa-Caeiro preferia «fazer sentir aos homens falsos a existência verdadeiramente real das flores e dos rios» (Pessoa 1978: 54), convicto:

«Eu nem sequer sou poeta: vejo» (Pessoa 1978: 82), «desde que tenho consciência de mim mesmo, apercebi-me de uma tendência nata em mim para a mistificação, para a mentira artística.» (Pessoa 1966 a: 12)

St^a Cruz de Benfica, pelas Águas-de-Março de 2010
Ao Luís Bernardo, à Leonor Santa Bárbara e ao João Lisboa

Bibliografia

- AAVV (2003), *História da Literatura Portuguesa – Do Simbolismo ao Modernismo* – vol. VI, Lisboa, Alfa.
- BRAGA, T. (1879), *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, Lisboa, Nova Livraria Internacional.
- BUESCU, H. (2008), «Modernidade» in Martins, F. Cabral (coord.), (2008), *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, Lisboa, Caminho, pp. 467-472.
- CASTRO, Z. Osório de , et. al. (dir.) (2005), *Dicionário no Feminino- Séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte.
- COELHO, J. P. (1963), *Diversidade e Unidade em F. Pessoa*, Lisboa, Verbo. <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/lib1919.htm>
- LIND, G. R. (1970), *Teoria Poética de Fernando Pessoa*, Porto, Inova.
- MARQUES, A. H. Oliveira, (2001), *Breve História de Portugal*, Lisboa, Presença.
- , 1970, *A 1.ª República Portuguesa (Para uma visão estrutural)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- , et. al. (coord.), (1991), *História de Portugal – Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI, Lisboa, Presença.
- MARTINS , F. Cabral (coord.), (2008), *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, Lisboa, Caminho.
- NUNES, J. (1886), *Reivindicações Democráticas*, Lisboa, Typographia Nacional.
- O'NEILL, Henrique, (1883), *Fábulas escolhidas de entre as de Lessing traduzidas literalmente em Prosa e imitadas em Verso*, 2.ª edição, Lisboa, Livraria Ferreira.
- , (1888), *Fabulário*, 2.ª edição, Lisboa, Livraria Ferreira.
- OSÓRIO, Ana de Castro, (1909), *Uma Lição da História*, Setúbal, Livraria Editora «Para as Crianças».
- , (1906), *A Minha Pátria*, Setúbal, Livraria Editora «Para as Crianças».

- , (2008), *Alguns Contos de Grimm*, Sintra, Colares Editora.
- , (1929), *Contos Maravilhosos*, 1.ª série, 2.º vol. 5.ª edição, Lisboa, Parceria A. M. Pereira.
- PESSOA, F. (1978), *Poemas de Alberto Caeiro*, Lisboa, Ática.
- , (1966), *Páginas Íntimas e de Auto-interpretação*, (textos estabelecidos e prefaciados por G. R. Lind e J. Prado Coelho), Lisboa, Ática.
- , (1973), *Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias*, (textos estabelecidos e prefaciados por G. R. Lind e J. Prado Coelho), 2.ª edição, Lisboa, Ática.
- , (1979), *Da República (1910-1935)*, (introdução e organização de Joel Serrão), Lisboa, Ática.
- PLATÃO, (1990), *A República*, Lisboa, FCG.
- SILVA, Manuela Parreira, (2003), « Nacionalismo Cosmopolita » in AAVV (2003), *História da Literatura Portuguesa – Do Simbolismo ao Modernismo*, vol. VI, Lisboa, Alfa, pp. 461-2.
- ROSAS, F. et. al. (org.) (2009), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China.
- SAMPAIO, A. F. (1935), *A Avalanche*, (1.ª edição 1918), Lisboa, Bertrand.
- SERRA, J. B. (2009), « A Evolução Política (1910-1917) », in Rosas, F. et. al. (2009), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China.
- SERRÃO, J. (org.) (1970), *Antologia do Pensamento Político Português – Liberalismo, Socialismo, Republicanismo*, Porto, Inova.
- , (1963), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Iniciativas editoriais.
- , (1965), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Iniciativas editoriais.
- , (1968), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Iniciativas editoriais.
- SILVESTRE, O. (2008), « Modernismo » in Martins, F. Cabral (coord.), (2008), *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, Lisboa, Caminho, p. 473-6.

ÍNDICE

5	As coisas comuns
	IDEÁRIOS E TRAJECTOS
9	L'idée de république et ses implications philosophiques Patrice Canivez
29	Res Publica: a matter of concern C. W. R. D. Moseley
41	Quando república e democracia se encontram com representação (e vice-versa): um ponto de vista de alguma filosofia política e pública Renato Lessa
55	Quam rem publicam habemus? Towards a theoretical model of Res Publica within the context of political history Vassil Anastassov
63	République et bien public: Héritage philosophique et défis contemporains Monique Castillo
77	O papel da estética e da religião e a sua mediação ética nas sociedades democráticas Michel Renaud
85	Republicanismo e motivação política André Berten
111	Le Marquis de Sade et la République Armelle St. Martin
123	Rousseau e a Forma da República Manuel João de Matos
137	Os progressos republicanos do espírito humano Racionalidade e imaginação no legado de Condorcet Luís Andrade
151	O republicanismo político de Habermas: democracia e cosmopolitismo Maria João Cabrita
165	A República, entre Presidentes e Presidentes-Reis Luís Alves da Costa
175	Abordagem simbólica da República Gabriela Castro e Carlos Cordeiro

ORIGENS E FULGURAÇÕES

- 189 **Da democracia à *politeia*: a imagem de uma velha conquista europeia**
Maria de Fátima Silva
- 201 **Tucídides e a *politeia* ateniense**
Ou de que *politeia* falamos quando falamos de «república»?
Adriana Nogueira
- 209 **Il divieto di essere *dyplois*.**
Sulla mimèsi nella filosofia politica platonica come sintomo utopico
Giovanni Panno
- 223 **A república romana vista por fora: as considerações de Políbio**
Leonor Santa Bárbara
- 229 **A *res publica* representada em Políbio e Cícero**
Maria do Rosário Laureano Santos
- 239 **Representações da República no *Tratado da República* de Cícero**
Francisco de Oliveira
- 261 **A República ciceroniana**
António Moniz
- 275 ***Res Publica* – *Res Privata***
Un conflicto de intereses en el Pro Caelio de M. Tulio Cicerón
Alejandro García González
- 287 **El concepto de *res publica* en época romana**
dos aspectos para un análisis de la evolución de su significado:
el de *Re publica* de Cicerón y la presencia posterior del término en la
epigrafía
Marc Mayer i Olivé
- 301 **La intervención divina en la salvaguardia de la República**
Cristina de la Rosa
- 311 **Augusto y la involución política**
Cómo se desmonta una república y se la sustituye por monarquía
Antonio Ruiz Castellanos
- 335 **La ficción de la *Res Publica* en la obra de Suetonio**
María Jesús Pérez Ibáñez
- 349 **Origens teológicas do conceito moderno de soberania**
António Rocha Martins
- 361 **Utopia I e Utopia III: a continuação de um diálogo humanista**
Maria do Rosário Monteiro
- 371 **República das Letras um ideal proto-iluminista**
Adelino Cardoso
- 381 ***The true idea of a literary journal is to give the history of the Republic of Letters***
The empire of truth and reason and the new 'literary' (Re)public
Mihaela Irimia

- 397 **Empires of merit:
The Republic of Letters and the english augustan imaginary**
Jorge Bastos da Silva

INSTRUÇÃO E CIVILIDADE

- 409 **O Ensino Elementar, uma representação em crise?**
Luís Manuel A. V. Bernardo
- 441 **A descentralização do ensino no jogo de poderes e saberes
do ideário republicano**
José Viegas Brás e Maria Neves Gonçalves
- 459 **Socialização política e imaginário republicano
nas escolas do ensino secundário em Portugal**
José Manuel Resende
- 485 **A educação de crianças com necessidades educativas especiais
em razão de uma condição de deficiência na I República:
alguns aspectos representacionais**
Francisco Carvalho
- 497 **A valorização da profissão docente no imaginário da I República**
José Viegas Brás e Maria Neves Gonçalves
- 511 **Faria de Vasconcelos
um nome a lembrar no projecto pedagógico da I República**
Cristiana de Soveral Paszkiewicz
- 521 **Cientistas em acção no jornal *O Século* (1926-1940).
Imagens públicas da ciência no dealbar do Estado Novo**
Emília Vaz Gomes, Augusto Fitas, Fátima Nunes
- 531 **Arquitectura, design e *Res Publica*:
o projecto da Biblioteca Nacional de Lisboa (1952-1969)**
Leonor Ferrão
- 545 **Passado/Presente
a influência da iconografia monetária no imaginário republicano**
Cláudio Umpierre Carlan
- 555 **Angels of destruction brockden Brown's Republic and world literature**
Simon Edwards
- 563 **The Republic and the discourse of freedom
with Elizabeth Barrett Browning and Alecu Russo**
Adina Ciugureanu
- 575 **O mundo republicano e as mentalidades**
Cecília Barreira
- 585 **Mulheres brasileiras e a República:
A formação do imaginário republicano nos folhetins da pátria**
Maria Ângela de Araújo Resende
- 595 **A República e o Sertão
Imaginação literária e republicanismo no Brasil**
Heloisa Maria Murgel Starling

- 611 **República para pequeninos – Representações da nação republicana em livros infantis portugueses e brasileiros**
Patrícia Santos Hansen
- 629 **Uma república das esquinas na canção popular brasileira**
Bruno Viveiros Martins
- 639 **As várias vozes de uma canção**
A influência da política cultural de Getúlio Vargas na construção das representações de Brasil na obra prima do compositor Ari Barroso
Marli Rosa

A QUESTÃO REPUBLICANA EM PORTUGAL

- 653 **Ideação romântica e República no liberalismo português**
Cecília Honório
- 667 **O trono e a tripeça: republicanismo, democracia e questão social em Alexandre Herculano**
Carlos Morujão
- 681 **A teoria e a prática políticas do liberalismo português na origem do ideário republicano: a fase vintista**
Cláudia Oliveira
- 695 **A sensibilidade política republicana em meados do século XIX**
***A República: Jornal do Povo* (1848)**
José Augusto dos Santos Alves
- 713 ***In nomine rei publicæ***
A nova religião laica na monarquia constitucional
António Martins Gomes
- 729 **A ordem das coisas: republicanismo e história literária em Teófilo Braga**
Maria Graciete Gomes da Silva
- 739 **Pensamento político de Sampaio Bruno: o ideário e o processo**
Pedro Baptista
- 751 **A Portuguesa e a representação musical da República**
Paulo Ferreira de Castro
- 765 **O lugar das propostas descentralizadoras e autonomistas na reinvenção de Portugal**
Daniel Melo
- 779 **O Republicanismo e a República de Pascoaes**
Margarida Barahona Simões
- 793 **A República dos Integralistas**
A. Paulo Dias Oliveira e José Manuel Cordeiro
- 801 **Com. Pessoa(s) & República(s). pt**
Fernando Ribeiro

Representações da República

Coordenação: Luís Manuel A. V. Bernardo
Leonor Santa Bárbara
Luís Andrade

Capa: António Noronha

© EDIÇÕES HÚMUS, 2013

End. Postal: Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 252 301 382 / Fax 252 317 555

E-mail: humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Outubro de 2013

Depósito legal: 364607/13

ISBN 978-989-755-006-5



As concepções da república, como idealizações da ordem política desejável e como realidades históricas, justificam a formulação de algumas grandes questões: de que falamos quando falamos de república? quais as repúblicas da república? o desiderato republicano mantém-se actual e promissor?

É no ensaio de resposta a estas questões que a publicação de *Representações da República* encontra o seu cabimento.

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



CENTENÁRIO
DA REPÚBLICA
1910 - 2010

COMISSÃO NACIONAL
PARA AS COMEMORAÇÕES
DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA



chc
Centro de História da Cultura



9 789897 550065